

# A Precariedade do Trabalho Docente

Andréa Bittencourt Pires Chaves  
Paulo Sergio Pamplona Frazão<sup>1</sup>

## Introdução

O presente estudo realiza uma análise do trabalho docente na educação pública, enfatizando as condições de trabalho dos professores do ensino médio na cidade de Belém. Para desenvolver tal debate foi elaborada uma revisão na literatura a respeito do trabalho assalariado na sociedade capitalista destacando a forma de organização do trabalho e a sua condição de precariedade, assim como o seu processo de precarização.

O objetivo foi compreender quais as características da gestão e organização do trabalho docente na sociedade capitalista responsáveis por instituir uma relação capital-trabalho na educação pública. A partir da problematização desse ponto, o referencial teórico levantado serviu de suporte para a análise dos dados obtidos por meio de observação e entrevista semi-estruturada realizada com professores do ensino médio da educação pública na cidade de Belém, no Estado do Pará.

## 1 Contexto Histórico do Trabalho

A História da humanidade tem sido marcada pela atuação do ser humano sobre a natureza, buscando transformá-la, principalmente, em seu benefício. Neste sentido, a cada fase vivida pela humanidade foram elaboradas formas de organização e realização do trabalho, por meio do desenvolvimento técnico, a fim de garantir a reprodução biológica e social do ser humano.

Neste contexto, a revolução técnico-científica pode ser compreendida como um processo que vem se desdobrando no transcurso da história da humanidade partindo da

---

<sup>1</sup> Professor da Secretária de Educação do Estado do Pará- SEDUC – Especialista em História da Amazônia.

descoberta do fogo, da roda, do arado, da pólvora e assim sucessivas transformações foram sendo implementadas de acordo com uma nova descoberta. No entanto, nos fins do século XVIII um momento conhecido como revolução industrial marcou a história pela introdução da máquina- ferramenta no processo produtivo. A revolução industrial foi resultante e, ao mesmo tempo, acompanhada pela revolução das ideias formando a relação ciência e técnica, tendo no trabalho o elemento primordial de sua constituição.

O trabalho encontra-se na base de todas as transformações ocorridas nas relações humanas e tem sido o principal determinante e condicionador da vida. Portanto, responsáveis por todos os processos revolucionários vividos pela humanidade.

Como atividade social, o trabalho é realizado a partir de formas de organização, com o intuito de produzir os bens necessários a vida humana. Segundo Soares (1985) trata-se da ação humana empenhada na garantia da sobrevivência, criando, para tanto, os meios de produção, ou seja: meios de trabalho: instrumentos utilizados para auxiliar a ação humana e; objetos de trabalho: coisas modificadas e/ou elaboradas pela ação humana.

O trabalho é realizado com o movimento das forças produtivas – meios de produção e a força-de-trabalho -, esta não apenas a força, mas a energia comandada pelo intelecto. O desenvolvimento das forças produtivas é responsável pelas transformações ocorridas no processo histórico da humanidade alcançando, até então, o Modo de Produção Capitalista, fundado no dinheiro e no mercado, configurando-se as condições para a concepção do trabalho moderno, que teve como característica o emprego da ciência à produção – incremento técnico, galgando patamares consideráveis de desenvolvimento econômico, por intermédio da inserção do conhecimento científico na utilização da natureza para a produção material.

Para Marx (1985) o capitalismo é organizado na contradição presente na relação capital-trabalho, fundada em torno da propriedade privada dos meios de produção. A forma de organização do trabalho de uma sociedade traduz o nível técnico dos meios de produção e o desenvolvimento das suas relações, caracterizando o modo pelo qual acontece a organização produtiva de bens materiais – a base real da sociedade. Por sua vez, a base econômica, determina as formas políticas e jurídicas compondo a superestrutura, assim como, o conjunto de idéias que identificam cada sociedade.

Marx e Engels (1989), ao tratarem da sociedade capitalista, demonstram como se processa a desumana exploração capitalista ao fazer do trabalho apenas um meio para criar riqueza instituindo a sua condição precária. O trabalho humano torna-se, assim, mera mercadoria no processo produtivo capitalista, produzindo lucro para o detentor do capital, proprietário dos meios de produção.

Ao comprar a força-de-trabalho no mercado, o capitalista fica com pleno domínio da situação, apesar da relação entre oferta e procura da força-de-trabalho ocorrer em aparentes condições de igualdade. No entanto, por trás delas, permanecem as relações desiguais e precárias que caracterizam o Modo de Produção Capitalista.

A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força-de-trabalho como mercadoria. Desde que a força-de-trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social (ALVES, 2007, p. 113).

No decorrer do seu desdobramento este sistema econômico foi aperfeiçoando o processo de organização da produção e do trabalho. No século XX desenvolveu a cultura de racionalizar os processos de produção pondo em prática as técnicas que visavam aumentar a produtividade. Neste sentido, foram construídos modelos de produção que ultrapassavam limites da fábrica envolvendo, a sociedade como um todo que participa do modo de produção capitalista, ou na esfera da produção ou na esfera da circulação. No final deste mesmo século, esta cultura de racionalização não, mas estava restrita a organizar apenas o espaço da produção – industrial e de serviços – alcançando, também, os serviços públicos.

O planejamento, como forma de estruturar os processos produtivos, estabelecia padrões de produção com altos níveis de produtividade fundamentada em métodos e técnicas da engenharia industrial. Tal modelo recebeu a contribuição da administração científica de Taylor (1911) trazendo como pressuposto o treinamento da força-de-trabalho. Constituíam-se um procedimento organizado a partir da fragmentação das funções estabelecidas de forma verticalizadas com valorização da dimensão coletiva do

trabalho e da decomposição das tarefas, visando otimizar o tempo com o controle dos movimentos implementados pelo operário.

Tratava-se de uma cultura do trabalho estabelecendo formas específicas de relações no interior fabril, marcando uma fase de acomodação do capitalismo mediante formas de controle e disciplina do trabalho. Ou seja, foi instituída uma maneira de gestão e organização do trabalho que respondia às necessidades de um capitalismo internacionalizado e da sociedade estadunidense.

Após a Segunda Guerra Mundial o modelo de organização da produção e do trabalho (taylorista –fordista) a contribuição das políticas públicas do estado interventor tornando-se um padrão produtivo mundial sendo usado como parte do processo de reconstrução do Japão. Contudo, paulatinamente o taylorismo-fordismo foi recebendo modificações até configurar-se como um novo modelo tendo dentre suas características a aproximação entre o planejamento e a execução do trabalho.

As mudanças das técnicas introduzidas no Japão foram difundidas pelo resto do mundo provocando um processo conhecido como reestruturação produtiva. Diversos setores da econômica mundial, inclusive o setor público, passaram a re-organizar o processo produtivo e a gestão do trabalho a partir das técnicas toyotistas, destacando-se a terceirização dos serviços não relacionados com a atividade fim. Tais mudanças chegam ao Brasil sendo necessário uma breve contextualização para compreender o seu desdobramento na direção do trabalho docente.

## 2 O Trabalho Formal e o Desemprego Estrutural no Brasil

No século XX, principalmente no fim da segunda guerra mundial – 1945 – o Brasil havia se constituído em uma economia urbana, industrial e com elevada inserção da população ao mercado de trabalho formal, como espaço de compra e venda da força-de-trabalho regulamentada pela lei que estabeleceu as bases dos termos contratuais. A lei reguladora do mercado de trabalho foi a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT instituída na década anterior pelo então Presidente da República Getúlio Vargas.

O trabalho formal ficou caracterizado por uma integração a mecanismos institucionais que asseguravam amparo ao trabalhador, tais como a Previdência Social,

o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Seguro Desemprego e, especificamente no caso dos funcionários públicos concursados, a estabilidade.

A consolidação de um mercado formal de trabalho ocorreu com a estratégia de desenvolvimento econômico adotada pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek, na década de 1950, atraindo empresas multinacionais, que usufruíam garantias e benefícios para implantar seus parques industriais no Brasil. Por um lado, o emprego industrial foi um vetor de absorção de trabalhadores, em sua maioria oriundos das atividades rurais, os quais passaram a se beneficiar das vantagens garantidas pelo trabalho formal. Por outro lado, todo o aparato do Estado intervencionista foi outro condutor para a formação do mercado de trabalho formal produzindo postos de trabalho ligados aos serviços prestados pelo Estado, entre os quais estava a educação pública.

O chamado milagre brasileiro, ocorrido nos anos 70 do século XX, confirmou a tendência do emprego formal industrial como um fator de desenvolvimento. O Brasil tinha uma complexa estrutura industrial e um mercado de trabalho urbano crescentemente integrado. Entretanto, na década de 80, do mesmo século, um novo contexto passou a abalar os trabalhadores brasileiros, alterando a dinâmica do mercado de trabalho informal, como forma de burlar as garantias e benefícios do emprego formal.

O processo de perda dos direitos adquiridos pelos trabalhadores, durante anos de acessão do capitalismo, forma a condição de precarização do trabalho assalariado. Como afirma Alves (2007, p.115): “a precarização atinge o núcleo organizado do mundo do trabalho” retirando-lhes os direitos conquistados.

A característica dos anos de 1980 foi à oscilação do crescimento e redução do desemprego de acordo com as crises econômicas e a inflação enfrentada devido, entre outros fatores, à dívida externa do país. Em 1981- 1983 aconteceu um processo de crescimento do desemprego pela retração das atividades produtivas, voltando a baixar, no período de 1984 a 1986, em razão do crescimento da economia ou se estabilizar no decorrer dos anos de 1987 e 1989, em meio à estagnação da economia (MATTOSO, 1999).

O funcionalismo público brasileiro, organizado por concurso público estabelecido na Constituição de 1988, passou a vivenciar as pressões para obter maior produtividade

implementadas por meio de reestruturações produtivas organizadas sob a influência do chamado modelo produtivo japonês. Setores ligados a serviços de segurança e limpeza dos órgãos públicos passam a serem terceirizados. Desta forma, estas instituições públicas começam a compartilhar de duas classes de trabalhadores: os concursados e os terceirizados.

Com a chegada dos anos 90, do século XX, aprofundou-se o quadro do desemprego no Brasil. A geração de emprego passou por uma desestruturação diante da diminuição das estruturas produtivas paralelo ao dismantelamento de estruturas já existentes e conseqüentemente, desestruturação do mercado de trabalho nacional. A taxa de desemprego apontado em 1994 foi de 14,2% da população economicamente ativa (PEA) da região metropolitana de São Paulo, de 11,3% em Porto Alegre e 14,6% no Distrito Federal (DIEESE, 2008).

O processo foi intensificado durante o primeiro (1995-1998) e segundo (1998-2002) mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, tornando-se um fenômeno nacional de grandes proporções. Em 2003 a população de desempregados havia se elevado na Região Metropolitana de São Paulo para 19,9%, na de Porto Alegre para 16,7% e Distrito Federal para 22,9% (DIEESE, 2008).

O aumento do desemprego resulta de uma trajetória oscilante: há decréscimo das taxas imediatamente após a conversão monetária; ascensão intensa durante o período de sobrevalorização do Real, principalmente entre 1996 e 1998; e, mais recentemente, sob o regime de metas inflacionárias e rígido controle fiscal, a subutilização da força-de-trabalho vem se mantendo em elevados patamares. Em 2003, o número de desempregados nas seis regiões investigadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Distrito Federal, Recife e Salvador) alcançou o patamar de 4.101 mil pessoas (DIEESE, 2008, p. 22).

Ou seja, as ações intrínsecas a política econômica dos governos da chamada nova república atreladas à tendência neoliberal como postura substitutiva ao Estado interventor instituíram o desemprego estrutural. Para o IBGE (2008), é necessário acrescentar a política econômica do país, as inúmeras mudanças nas características do mercado de trabalho tais como inovações tecnológicas, privatizações e outros.

Considerando a política econômica e a inovação tecnológica, foi consolidado o quadro de reestruturação produtiva que afetou a relação capital-trabalho.

A procura de trabalho apresentou um acréscimo significativo no período de 1992 a 1997, principalmente no sexo feminino. No Brasil o aumento foi de 4.556.801 para 5.881.776. Isto representa um acréscimo de 21,7% para homens e 37% para mulheres (IBGE, 2008).

Em resposta à retração do mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, o aumento vertiginoso do desemprego, ocorreu o crescimento dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e de autônomos posto que a geração de postos de trabalho foi insuficiente para absorver o volume de pessoas que passam a integrar a força-de-trabalho (DIEESE, 2008).

Segundo Mattoso (1999), mais de 50% dos ocupados do país ficaram sujeitos a alguma espécie de informalidade, ou seja, sem registro na carteira de trabalho, garantia de saúde, aposentadoria, seguro desemprego e FGTS. Assim como, o referido autor considera que a cada cinco trabalhadores ativos nas metrópoles brasileiras, um está desempregado ou dois estão realizando trabalhos na informalidade em condições de trabalho precarizadas. Nesse sentido, o referido autor estima que por volta de 24 milhões de brasileiros estejam sob essa situação, sendo que a metade estaria trabalhando sem a carteira assinada.

Os anos 90 são, portanto, marcados pelo crescimento da informalidade em contraposição à participação de assalariados formais entre os trabalhadores ocupados no decorrer do final do século XX no Brasil. Tal situação reflete a crise do modelo fordista, a reestruturação produtiva e conseqüentemente a crise do trabalho formal levando a impossibilidade da expansão de postos de trabalho tanto nos países centrais, mas de forma mais enfática nos países periféricos como o Brasil.

Como pano de fundo dessas mudanças, ressaltado anteriormente pela análise do IBGE, encontra-se a transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas no cerne e em torno da empresa capitalista. Neste contexto, o concurso público se torna a principal alternativa de emprego formal no Brasil. Todavia, mesmo este setor, caracterizado pela estabilidade do emprego, sofre as conseqüências das mudanças organizacionais que intensificam a relação de exploração intrínseca ao

capitalismo marcado pela condição de instituir o trabalho precário quando estabelece a condição de mercadoria à força-de-trabalho (ALVES, 2007).

### 3 O Precário Trabalho Docente

Destaca-se aqui o trabalho docente no ensino médio da escola pública cuja média salarial é de dois mil quinhentos reais para o cumprimento de cerca duzentas e cinquenta horas mensais de trabalho. Para a realização de tal jornada, este trabalhador, dependendo da carga horária da disciplina precisa ministra aula entre dez a três dezenas de turma com trinta e cinco alunos em cada, o que leva a média de 300 a 900 alunos por professor. Mesmo quando tem apenas uma dezena de turma, necessita freqüentar diariamente e nos três turnos as escolas que trabalha. Veja os dados coletados com professores entrevistados:

Quantitativo de trabalho	Professor 01	Professor 02	Professor 03
Nº de escolas públicas em que leciona	02	02	01
Nº de turmas na escola pública	27	26	03
Nº de alunos, por turma, na escola pública.	35	35	35
Horas mensais de trabalho na SEDUC	270 h/a	260 h/a	200 h/a*

\*125h são destinadas ao laboratório de leitura da escola

#### Quadro 01 - Quantitativo de trabalho.

Fonte: Pesquisa empírica/2010.

Quando questionado sobre o que pensa da sua condição de trabalho como professor do ensino médio da escola pública do Estado do Pará o professor responde:

O que pensa sobre suas condições de trabalho	
Professor 1	Ruins, professor é desvalorizado pela sociedade
Professor 2	Precárias, seria interessante para a sociedade ter forte educação, mas

	parece ainda não ser este o interesse político
Professor 3	Ruins, professor é desvalorizado pela sociedade, não existe planejamento e pouco retorno para a sociedade

Quadro 02 – O que pensa da sua condição de trabalho.

Fonte: Pesquisa empírica/2010.

Sobre a condição salarial, os professores entrevistados classificaram como insuficiente e ruim sendo necessária a complementação da renda com o trabalho em escolas particulares, mesmo apresentando o quantitativo entre 300 a 900 alunos nas escolas públicas. Tal situação de dupla e até tripla jornada diária de trabalho assevera a condição precária e efetiva o processo de precarização do trabalhador.

Complementação da renda em escolas particulares	Professor 01	Professor 02	Professor 03
Nº escolas particulares que leciona	02	01	00
Nº de turmas na escola particular	02	06	00
Nº de alunos, por turma, na escola particular	40	60	00

Quadro 03 – Complementação da Renda.

Fonte: Pesquisa empírica/2010.

O professor mediante uma intensa jornada de trabalho acaba por não se qualificar e nem tão pouco incrementar a sua atividade profissional com planejamento, avaliações e novas didáticas, tornando-se assim um professor conteudista. Em um complexo quadro onde faltam muitas peças o todo é comprometido. Docentes, discentes, ou seja, o sistema educacional acaba perdendo.

Na pesquisa também foi encontrado professores que ao invés de optarem pela jornada de três turnos de trabalho em escolas completam a sua renda com outras atividades como: motorista de taxi, vendedores de cosméticos e outros tipos de produtos.

A seguir um quadro com o tempo de serviço público dos professores entrevistados:

Tempo de docência	Professor 01	Professor 02	Professor 03
Como professor	12 anos	12 anos	05 anos
Na SEDUC	12 anos	12 anos	02 anos

**Quadro 04 - Tempo de docência.**

Fonte: Pesquisa empírica/2010.

Trabalho extraclasse	Professor 01	Professor 01	Professor 03
Tempo médio gasto com preparação de aula	05 h	05 h	05 h
Tempo médio gasto com preparação das questões de prova	10h	10 h	10 h
Nº de alunos, por turma, na escola pública.	35	05	35
Horas mensais de trabalho na SEDUC	270 h/a	260 h/a	200 h/a*

**Quadro 05 - Trabalho extra-classe.**

Fonte: Pesquisa empírica/2010.

O tempo de trabalho do professor não se encerra em sala de aula, pois é preciso também considerar o tempo que este gasta na preparação de aulas e provas, correções de provas e lançamento de notas. Toda esta contabilidade de tempo de trabalho é invisível para o sistema educacional e pode ser acrescida dos problemas relacionados as condições gerais de infra-estrutura, recursos humanos e relação docente e discente.

Escolas localizadas no centro da cidade apresentam uma melhor estrutura física: bibliotecas, sala de vídeo, laboratório informática. Sendo, em muitos casos,

climatizados. Contudo, são minorias sendo, a realidade do docente, distante de favoráveis condições infra-estruturais.

Para os professores que usufruem condições favoráveis o principal ponto de reivindicação baseasse no número de horas trabalhadas, número de turmas e no salário. Assim como, para os professores entrevistados, em virtude de uma grade curricular que diferencia disciplinas (exemplo: professores de português e matemática com dez ou doze turmas e professores de filosofia e sociologia como vinte e seis e vinte sete turma) é formada uma gritante distinção entre a classe docente.

Por outro lado, o aluno não percebe a realidade que o cerca, segue sem uma manifestação diante das adversidades. Num país socialmente desigual, onde existem escassas possibilidades de inclusão social, para os professores entrevistados, surpreende tamanha apatia e torna o processo de trabalho mais exaustivo para o docente.

#### Considerações Finais

A idéia-chave norteadora deste trabalho foi demonstrar a condição de precariedade do trabalho docente. O professor acumula uma quantidade de turmas, alunos e instituições de ensino acarretando uma jornada intensiva de trabalho para poder garantir a sua reprodução como força-de-trabalho. As atividades implementadas não se encerram no trabalho em sala de aula, pois é necessário um tempo para preparar aula, elaborar avaliações e corrigir avaliação, sendo estas não pagas pelo sistema educacional.

As entrevistas realizadas levantaram o processo de trabalho e identificaram a insatisfação dos docentes com relação a sua condição de trabalho marcado pela precariedade sendo, força-de-trabalho e educação, mercadorias postas à venda pelo sistema, mesmo se tratando do caso estudado, o ensino público, a relação de exploração se faz presente sendo o patrão o Estado.

#### Referências

- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**. Londrina: Práxis, 2007.
- DIEESE. Dez Anos de Real. Estudos e Pesquisas Ano 1. N.1. junho/2004. Disponível em : <HTTP://www.dieese.org.br/esp/real> dez anos pdf. Acesso em: 11 set.2008.
- IBGE. Disponível em: [HTTP:// www.ibge.gov.br](HTTP://www.ibge.gov.br). Acesso em 11 set. 2008.
- MARX, K. **Capítulo VI Inédito de o Capital**. São Paulo: Moraes Fontes, 1985.
- MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MATTOSO, J. **O Brasil Desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- SOARES, A. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: global, 1985.